

Folha do Estado

Cuiabá-MT, Sexta-feira, 20 de Junho de 1997 - ANO 3 - Nº 827

HIDROVIA ARAGUAIA-TOCANTINS

DEPUTADOS CONTESTAM JUSTIÇA FEDERAL

Eles criticaram a forma "superficial como o assunto foi tratado", pois a hidrovia representa a "salvação da atividade produtiva de todo o Vale do Araguaia". O secretário de Infra-estrutura, Antônio Joaquim, disse que o "projeto não pode ser vítima de precipitações". Pág. 2

Folha do Estado (Cuiabá)
20/06/97
112

Hidrovia: secretário justifica obra

MAS EXPLICA QUE NÃO CABE AO GOVERNO DO ESTADO RECORRER NA ESFERA JUDICIAL BUSCANDO O SEU ANDAMENTO

NEUMANN RIBAS
Reportagem Local

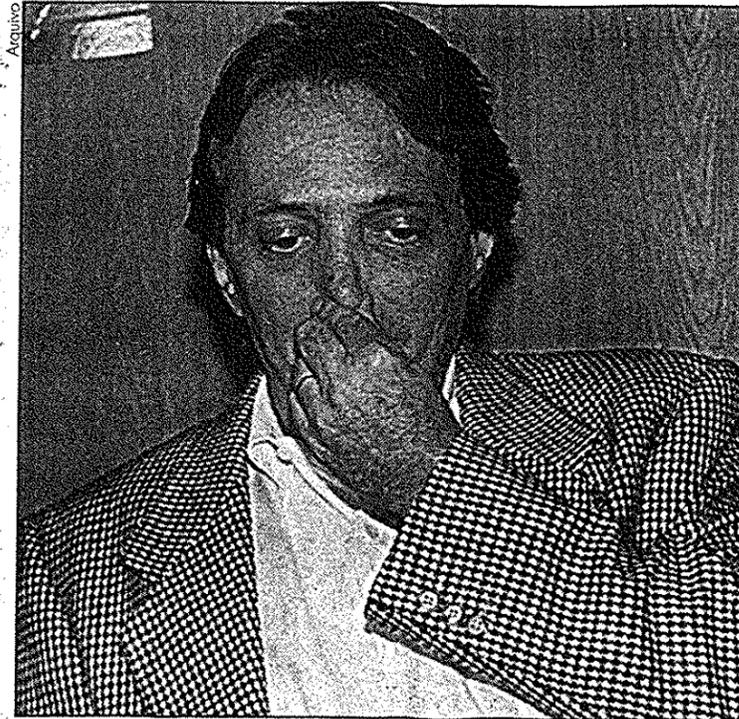
O secretário de Infra-estrutura, Antônio Joaquim, concedeu ontem entrevista coletiva buscando justificar a necessidade da obra do Porto de Água Boa, que integra o projeto da Hidrovia Araguaia-Tocantins, suspensa através de liminar da Justiça Federal, esta semana. Reconheceu que não cabe ao governo do Estado recorrer na esfera judicial buscando o andamento da obra e sim a empresa Docas do Pará, responsável por ela.

Mas o secretário fez questão de ressaltar que não somente esta hidrovia, como as demais projetadas para o Estado, seriam a redenção econômica da região. "O governo tem claro que, respeitados os impactos ambientais, a obra é de fundamental importância para o desenvolvimento de Mato

A obra do Porto de Água Boa foi suspensa através de liminar

Grosso", salientou. Na visão do secretário, a obra trata-se de um projeto maior e sério, que não pode ser vítima de precipitações ou más interpretações. "Por beneficiar o desenvolvimento regional do interior do País, a obra foi incluída no Plano de Metas do governo federal e também é considerada uma das prioridades do governo Dante de Oliveira", ressaltou.

A obra deve permanecer suspensa até a aprovação do EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e de seu Rima (Relatório de Impacto Ambiental). A ordem judicial determina que aré, Companhia Docas do Pará se abstenha de "afixar qualquer placa de sinalização ou bóia, de realizar ou autorizar qualquer obra de implantação da hidrovia ou de iniciar seu funcionamento até a aprovação do Eia/Rima. A ação contra a Hidrovia partiu da Comunidade Indígena Xavante contra a Companhia Docas do Pará, Ibama e União.



Antônio Joaquim: "A obra é de fundamental importância"

Assembleia Legislativa se insurge mais uma vez no caso da hidrovia

FERNANDO LEAL
Reportagem Local

Mais uma vez, a Assembleia Legislativa se insurgiu no caso da hidrovia Araguaia-Tocantins-Rio das Mortes, agora por causa da determinação judicial para suspensão dos trabalhos de sua implantação. A decisão do juiz Jefferson Schneider, da 2ª Vara da Justiça Federal, em Mato Grosso, também impede a navegação no trecho entre Nova Xavantina e o rio Araguaia.

Pelo menos um terço dos deputados ouvidos pela Folha se mostraram contundentes pela forma co-

mo o assunto foi tratado na Justiça. Segundo o presidente regional do PFL-MT, deputado Humberto Bosaipo (PFL), a hidrovia Araguaia-Tocantins representa a "salvação da atividade produtiva de todo o Vale do Araguaia, principalmente na área agrícola".

Ele chegou a frisar que aquela hidrovia é uma das principais metas do governo federal, atualmente. "A situação é grave. Não acreditamos que haja impacto ambiental da forma como o caso está sendo colocado", disse. É certo - observou - que a administradora da hidrovia tem que cumprir os procedimentos legais, mas não podemos deixar escapar essa oportunidade de recolocarmos essa região nos eixos do desenvolvimento.

Folha do Estado (Quilbas)
20/10/97
conf.